

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

#### CONTRA RAZÃO :

Daniel Elias Garcia, Leiloeiro Público Oficial/SC, devidamente matriculado na JUCESC sob. n. AARC/306, venho respeitosamente à presença de Vossa Excelência, no Pregão Eletrônico em epígrafe, apresentar CONTRARRAZÕES AO RECURSO apresentado pela Sra. Liliane Virgínia Parmeggiani, conforme passa-se a expor.

#### I) DOS FATOS

A Leiloeira Pública Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, Sra. Liliane Virgínia Parmeggiani, apresentou recurso contra a habilitação e o resultado do sorteio que teve como vencedor do ITEM 8 do Estado de Santa Catarina este leiloeiro peticionante, alegando, em síntese, que este licitante incluiu na descrição do objeto a sua identificação pessoal, infringindo a cláusula 5.13 do Edital do pregão, bem como, que a referida descrição não foi realizada de acordo com o especificado no termo de referência, requerendo, ao final, a desclassificação deste licitante e, ato contínuo, a declaração de vencedora do certame à Recorrente.

É a síntese dos fatos, a qual não merece prosperar, nos termos abaixo expostos.

#### II) PRELIMINARMENTE – DA INCOMPETÊNCIA PARA RECORRER

Inicialmente, cumpre observar que para a participação em certame licitatório, o leiloeiro deve estar cadastrado no Estado em que se encontra determinada a área de abrangência da qual concorre.

Trata-se do disposto no art. 25, da Instrução Normativa 17/13 – DREI, in verbis:

Art. 25. O leiloeiro exercerá a sua profissão exclusivamente na unidade federativa de circunscrição da Junta Comercial que o matriculou.

Ademais, a INSTRUÇÃO NORMATIVA - DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DO REGISTRO DO COMÉRCIO - DNRC Nº 113 DE 28.04.2010, também assim normatiza:

Art. 2º O leiloeiro exercerá a sua profissão exclusivamente na unidade federativa de circunscrição da Junta Comercial que o matriculou.

Portanto, observa-se que a Sra. Liliane Virgínia Parmeggiani, ora recorrente, não está cadastrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC como Leiloeira Pública Oficial do Estado de Santa Catarina, conforme Portaria n. 11, de 29/03/2019, publicada na data de 03/04/2019 no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina (encontrado no seguinte endereço eletrônico <http://www.doe.sea.sc.gov.br/Portal/VisualizarJornal.aspx?tp=pap&cd=2114>), pela Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC.

Assim, levando-se em consideração que a leiloeira acima citada não pode participar do Pregão Eletrônico n. 04/2019, do Processo n. 08129.002051/2019-50, para contratação de Leiloeiro Oficial para a realização de Leilão de bens apreendidos pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, no que se refere a área de abrangência do Estado de Santa Catarina, esta também não possui competência para realizar impugnações em face dos Leiloeiros habilitados nas áreas em que se encontra impedida de atuar.

À vista do exposto e em se tratando de recurso interposto por pessoa não competente para tal, trata-se de medida da mais lúdima aplicação da legislação em vigor o não julgamento do mérito contido no recurso, com o seu consequente indeferimento de imediato.

#### III) DA IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

Caso não seja aceita a tese preliminar de incompetência da Sra. Liliane Virgínia Parmeggiani para recorrer do resultado final do pregão Pregão Eletrônico n. 04/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o que se faz por mero amor ao debate, passa-se a discorrer.

No que se refere à tese da Recorrente, no sentido do suposto acometimento à imparcialidade e à isonomia do certame por parte deste Leiloeiro, pela alegação de infringência ao item 5.13 do Edital, cumpre observar o texto nele insculpido:

#### 5. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

[...]

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

De uma breve observância ao contido no item 5.13 do edital, pode-se concluir que quando da realização de divulgação dos lances registrados no pregão, é vedado ao próprio PREGOEIRO realizar a identificação do licitante que ofereceu lance de menor valor e não ao participante.

Tal interpretação se dá, pois uma vez sendo o PREGOEIRO pessoa responsável a informar aos licitantes o valor do menor lance registrado, compete também a ele a não identificação dos participantes que apresentaram até então o melhor lance; referida ocorrência não pode ser motivo de penalidade de quem não foi seu agente causador.

Outrossim, trata-se cristalina a impossibilidade dos interessados no pregão de possuir competência em deixar sua identidade anônima perante os demais participantes, o que confirma a tese de que não houve desrespeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, como faz crer a requerente quando de recurso apresentado frente a habilitação deste Leiloeiro no pregrão em comento.

Aliás, de acordo com a Lei n. 10.520/02, que normatiza a modalidade de licitação denominada pregão, mesmo que os nobres julgadores entendam de forma contrária ao ora exposto, cumpre ressaltar que no pregão não existe necessidade de sigilo referente à qualificação dos que nele participam; de modo contrário ao delineado pela recorrente, a norma visa a competente identificação dos participantes no certame:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

[...]

VI - no dia, hora e local designados, será realizada sessão pública para recebimento das propostas, devendo o interessado, ou seu representante, IDENTIFICAR-SE e, se for o caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame; (grifou-se).

Isso posto, o requerimento de desclassificação pela afetação da imparcialidade e isonomia ao pregão merece indeferimento, uma vez que claro encontra-se o equívoco da recorrente na interpretação do texto explícito em edital, bem como em conformidade com a lei de pregões encontra-se este recorrido.

#### IV) DA DESCRIÇÃO

Impugna também a Recorrente acerca da identificação deste Leiloeiro, pois relata não estar de acordo com as especificações do Termo de Referência.

Trata-se do item citado pela Recorrente:

4.5. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

[...]

4.5.2. Descrição do objeto, contendo as informações SIMILARES à especificação do termo de referência:

4.5.3. Identificação completa do Leiloeiro Público Oficial (nome, endereço, CI, CPF, telefone, email, e número de inscrição na Junta Comercial); (grifou-se).

Verifica-se do delineado acima que a descrição do objeto de licitação preenchido pelo interessado deveria constar informações SIMILARES às especificadas no termo de referência e não necessariamente iguais, a saber, "Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos – área de abrangência: Santa Catarina".

Nobre Sr. Presidente da Comissão, é evidente que se tivesse a obrigação de constar texto igual à descrição composta no objeto da licitação quando do preenchimento dos campos dispostos no site de participação no pregão, não haveria a necessidade dos interessados estarem preenchendo tal item quando de seu cadastro, pois todos seriam iguais.

Ademais, o item 4.5.3 é continuação do delineado no item 4.5.2, portanto, possível é não só a identificação, mas também a qualificação, do Leiloeiro participante na descrição do objeto do pregão.

Assim, com base nos itens citados pela Recorrente não se pode proferir decisão a ela benéfica, com a consequente desclassificação deste Recorrido, que deu lance e foi sorteado como vencedor em igualdade de condições com os demais Leiloeiros, pois não existiu, em nenhum momento, lesão ao bem jurídico da imparcialidade, da impessoalidade e da isonomia do presente processo licitatório, muito menos à igualdade de condições de participar do certame.

#### V) DO CUMPRIMENTO AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA IMPARCIALIDADE APLICÁVEL AOS PROCESSOS LICITATÓRIOS

A apuração deste Leiloeiro como vencedor do pregão em comento foi realizada em igualdade de condições com os outros interessados mediante sorteio, uma vez que houve empate nas propostas apresentadas ao licitante, ou seja, se tivesse ocorrido escolha mediante preferência entre os participantes, não haveria prorrogação do certame ao sistema de sorteio para a apuração do vencedor.

Apenas para expor o ocorrido, observa-se que dos 16 (dezesesseis) participantes iniciais do pregão, 13 (treze) Leiloeiros apresentaram proposta zerada e, por isso, foram para a fase de sorteio do vencedor, quando só neste momento o Recorrido foi declarado como vitorioso, ou seja, houve total transparência das fases ocorridas no leilão e ninguém pode ser considerado beneficiado por nenhum dos atos ocorridos no processo para apuração de ganhador.

Foram aplicadas as seguintes cláusulas do edital de licitação:

5.19. Ocorrendo o empate das propostas, o desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei n. 8.666, de 1993.

5.20. Persistindo o empate entre as propostas, será aplicado o sorteio como critério de desempate.

5.20.1. O sorteio será realizado na cidade de Brasília/DF, em local e data a serem definidos pelo Ministério da Justiça e Segurança, por meio de sessão pública presencial; [...]

5.20.5. Para maior transparência da sessão pública presencial, o Ministério da Justiça e Segurança Pública disponibilizará transmissão, ao vivo ou gravada, bem como o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio informará o resultado no sistema Comprasnet.gov (grifou-se).

Assim, pode-se concluir que garantiu-se participação isonômica de todos os licitantes, pois realizada transmissão online e ao vivo do sorteio do respectivo vencedor, não ocorrendo eventual benefício em função da aposição de dados na descrição do objeto, ou qualquer direcionamento ou prejuízo aos licitantes participantes, conforme relata a Recorrente.

## VI) DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

a) Preliminarmente, seja o presente recurso indeferido, sem análise de mérito, em função da incompetência da Sra. Liliane Virgínia Parmeggiani em recorrer, por não estar inscrita perante a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC como Leiloeira Pública Oficial deste estado e por ter apresentado recurso à habilitação do Leilão de bens apreendidos pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, no que se refere a área de abrangência do Estado de Santa Catarina;

b) Alternativamente, caso não seja aceita a tese preliminar ora suscitada, solicita-se o indeferimento do presente recurso de habilitação, tendo em vista este Leiloeiro não ter infringido as normas do edital do Pregão Eletrônico n. 04/2019, cumprindo-se com os princípios da imparcialidade e da isonomia do certame.

Nestes termos,  
Pede e espera deferimento.

Criciúma, 13 de maio de 2019.

Cordialmente,

Daniel Elias Garcia  
Leiloeiro Público Oficial - AARC/306  
Leiloeiro Rural - FAESC/036

**Fechar**